

O CAPITAL  
NO  
SÉCULO XXI

Thomas Piketty

O CAPITAL  
NO  
SÉCULO XXI

TEMAS E DEBATES

Círculo-Leitores

---

## Introdução

A distribuição da riqueza é uma das questões mais vivas e mais debatidas hoje em dia. Mas que sabemos verdadeiramente sobre a sua evolução a longo prazo? A dinâmica da acumulação do capital privado conduzirá inevitavelmente a uma concentração cada vez mais acentuada da riqueza e do poder em poucas mãos, tal como Marx pensou no século XIX? Ou será que, à imagem do que pensou Kuznets no século XX, as forças de equilíbrio do crescimento, da concorrência e do progresso técnico levam espontaneamente a uma redução das desigualdades e a uma estabilização harmoniosa nos estádios avançados de desenvolvimento? Que sabemos realmente sobre a evolução da distribuição do rendimento e do património desde o século XVIII, e que ensinamentos podemos daí retirar para o século XXI?

São justamente estas as questões às quais tentarei responder neste livro. Digamo-lo desde já: as respostas que encontrei são imperfeitas e incompletas. Mas fundam-se em dados históricos bastante mais amplos que os usados em trabalhos anteriores, abrangendo três séculos e mais de vinte países, e apoiando-se num contexto teórico repensado que permite uma melhor compreensão das tendências e dos mecanismos em

presença. O crescimento moderno e a difusão do conhecimento permitiram evitar o apocalipse marxista, embora não modificassem as estruturas profundas do capital e das desigualdades – ou, pelo menos, não tanto quanto pudemos imaginar nas décadas otimistas do pós-Segunda Guerra Mundial. Desde o momento em que as taxas de rendibilidade do capital ultrapassam de forma duradoura as taxas de crescimento da produção e do rendimento – o que foi o caso até ao século XIX e indiscutivelmente parece poder voltar a ser a norma no século XXI –, o capitalismo produz de forma mecânica desigualdades insustentáveis, arbitrárias, voltando a pôr radicalmente em causa os valores meritocráticos nos quais se fundam as nossas sociedades democráticas. No entanto, existem meios para que a democracia e o interesse geral consigam de novo tomar as rédeas do capitalismo e dos interesses privados, afastando em simultâneo as derivas protecionistas e nacionalistas. Este livro tenta lançar propostas nesse sentido, apoiando-se nos ensinamentos dessas experiências históricas, cuja narração constitui a trama principal da obra.

## **Um debate sem fontes?**

Durante muito tempo, os debates intelectuais e políticos sobre a distribuição da riqueza alimentaram-se de muitos preconceitos e de poucos factos.

É certo que estaríamos errados se subestimássemos a importância do conhecimento intuitivo que cada pessoa, na ausência de todo e qualquer contexto teórico e estatística representativa, desenvolve sobre as questões relativas aos rendimentos e aos patrimónios no seu tempo. Observaremos que o cinema e a literatura, particularmente o romance do século XIX, são ricos em informações extremamente precisas sobre o nível de vida e de fortuna dos diferentes grupos sociais, e sobretudo sobre a estrutura profunda em que assentam as desigualdades, as suas justificações e as suas implicações na vida de cada um. Os romances de

Jane Austen e de Balzac, designadamente, oferecem-nos visões impressionantes da distribuição da riqueza no Reino Unido e em França nos anos 1790-1830. Os dois romancistas têm um conhecimento profundo da hierarquia dos patrimónios em vigor no seu tempo e lugar. Foram capazes de mostrar as fronteiras secretas dessas hierarquias, conheciam as decorrentes consequências implacáveis na vida desses homens e mulheres, nas suas estratégias de aliança, nas suas esperanças e infortúnios. Foram capazes de dar a ver essas implicações com uma verdade e uma força evocadora que nenhuma estatística ou análise erudita poderiam igualar.

De facto, a questão da distribuição da riqueza é demasiado importante para ser deixada unicamente nas mãos dos economistas, sociólogos, historiadores e outros filósofos. Ela interessa e interpela toda a gente, e ainda bem. A realidade concreta e corpórea da desigualdade é-nos oferecida por via de todos quantos a vivem, e suscita, naturalmente, julgamentos políticos distintos e contraditórios. Camponês ou nobre, operário ou industrial, empregado de mesa ou banqueiro: cada um, do seu próprio lugar de observação, vê coisas importantes sobre as condições de vida de uns e outros, sobre as relações de poder e de dominação entre os grupos sociais, forjando a sua própria conceção sobre o que é justo e o que não o é. A questão da distribuição da riqueza terá sempre essa dimensão eminentemente subjetiva e psicológica, irredutivelmente política e conflitual, que nenhuma análise, por mais científica que se anuncie, poderá apaziguar. Por sinal, e felizmente, a democracia não será jamais passível de ser substituída pela república dos *experts*.

Contudo, a questão da distribuição da riqueza merece também ser estudada de modo sistemático e metódico. Na ausência de fontes, de métodos e de conceitos definidos de modo preciso, é possível dizer-se tudo e o seu contrário. Para alguns, e por definição, as desigualdades são sempre crescentes, e o mundo cada vez mais injusto. Para outros, as desigualdades são naturalmente decrescentes, ou então espontaneamente harmoniosas e, sobretudo, nada que possa acarretar o risco de perturbar esse providencial equilíbrio deve ser feito. Perante este diálogo de sur-

dos, em que frequentemente cada campo justifica a sua própria preguiça intelectual com a do campo que se lhe opõe, existe espaço para um caminho de pesquisa sistemática e metódica – mesmo que possa não ser plenamente científica. A análise erudita não porá jamais um ponto final aos violentos conflitos políticos suscitados pelas desigualdades. A investigação em ciências sociais é e será sempre titubeante e imperfeita. Não tem a pretensão de transformar a economia, a sociologia e a história em ciências exatas. Porém, ao estabelecer pacientemente factos e padrões, e analisando com serenidade os mecanismos económicos, sociais e políticos suscetíveis de os pôr em evidência, pode levar a que o debate democrático seja mais informado, focando-se nas questões certas. Pode contribuir para uma incessante redefinição dos termos do debate, para desmascarar as certezas apresentadas como irrefutáveis e as imposturas, e para que tudo possa sempre ser questionado e posto em causa. Tal é, como o vejo, o papel que podem ter os intelectuais, e entre eles os investigadores em ciências sociais, cidadãos como os outros, mas que têm a sorte de ter mais tempo do que os outros para se consagrarem ao estudo (e até mesmo de serem pagos para isso – privilégio considerável).

Ora, durante muito tempo, e tal como fomos levados a verificar, as investigações especialistas dedicadas à distribuição da riqueza assentaram numa relativamente escassa quantidade de factos solidamente estabelecidos, e em muita especulação puramente teórica. Antes de explicar de forma mais precisa as fontes a que recorri e que tentei reunir no âmbito deste livro, será útil inscrever nesta altura uma rápida resenha histórica das reflexões sobre estas questões.

## **Malthus, Young e a Revolução Francesa**

Quando nasce a economia política clássica, no Reino Unido e em França, no fim do século XVIII e começo do século XIX, a questão da distribuição da riqueza é já um tema que está no centro de todas as aná-

lises. Todos davam conta das transformações radicais que haviam começado, nomeadamente com um crescimento demográfico sustentado – na verdade inédito até então – e o início do êxodo rural e da revolução industrial. Quais seriam as consequências dessas importantes alterações na distribuição da riqueza, na estrutura social e no equilíbrio político das sociedades europeias?

Para Thomas Malthus, que em 1798 publica o seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, não existe qualquer dúvida: a sobrepopulação é a ameaça principal<sup>3</sup>. As suas fontes são escassas, embora procurasse usá-las da melhor forma possível. É nomeadamente influenciado pelas narrativas de viagens de Arthur Young, agrónomo inglês que calcorreou as estradas do reino de França em 1787-1788, nas vésperas da Revolução, de Calais aos Pirenéus, passando pela Bretanha e pelo Franche-Comté, e que narra a miséria das zonas rurais francesas.

Nem tudo é falso nesse relato apaixonante, longe disso. Na época, a França é seguramente o país europeu mais povoado, constituindo por essa razão um lugar de observação ideal. Por volta de 1700, o reino de França contava já mais de 20 milhões de habitantes, numa altura em que o Reino Unido continha pouco mais de 8 milhões de almas (e a Inglaterra cerca de 5 milhões). A França vê a sua população progredir num ritmo sustentado ao longo de todo o século XVIII, desde o fim do reinado de Luís XIV ao de Luís XVI, a tal ponto que, nos anos de 1780, a população francesa se aproxima dos 30 milhões de habitantes. Tudo leva a crer que tal dinamismo demográfico, desconhecido nos séculos precedentes, contribuiu efetivamente para a estagnação dos salários agrícolas e para a progressão do rendimento fundiário nas décadas que antecederam a sublevação de 1789. Embora sem fazer dela a única causa para a Revolução Francesa, parece evidente que essa evolução foi decisivamente responsável pelo aumento da impopularidade crescente da aristocracia e do regime político então estabelecido.

Mas o relato de Young, publicado em 1792, está também marcado por preconceitos nacionalistas e comparações aproximativas. O nosso grande agrónomo está fortemente desagradado com os albergues que

encontrou e com a apresentação dos empregados que lhe serviram de comer, descrevendo-os com repulsa. Assim, decide retirar das suas observações, amiúde bastante triviais e anedóticas, consequências para a história universal. Está sobremaneira preocupado com os excessos políticos aos quais a miséria das massas se arrisca a conduzir o país. Young está designadamente convencido de que apenas um sistema político à inglesa, com separação entre a aristocracia e o terceiro estado, e o direito de veto para a nobreza, permite um desenvolvimento harmonioso e tranquilo, levado a cabo por gentes responsáveis. Acredita que a França corre para o abismo ao aceitar, em 1789-1790, sentar uns e outros num mesmo parlamento. Não será exagero afirmar que o conjunto do seu relato está superlativamente condicionado pelo medo que tinha da Revolução Francesa. Quando se disserta sobre a distribuição da riqueza, a política está sempre por perto, e é muitas vezes difícil escapar aos preconceitos e aos interesses de classe do seu tempo.

Quando, em 1798, o reverendo Malthus publica o seu famoso *Ensaio*, parece ser ainda mais radical do que Young nas suas conclusões. À semelhança do compatriota, está muito preocupado com as novidades políticas vindas de França, e, para que tais excessos não contaminassem um dia o Reino Unido, considera necessária a urgente supressão de todo e qualquer sistema de assistência aos pobres e a contenção severa da natalidade destes últimos, sem o que o mundo inteiro soçobria na sobrepopulação, no caos e na miséria. Na verdade, é impossível entender o negrume – excessivo – das previsões malthusianas sem levar em conta o medo que se apoderou de uma boa parte das elites europeias nos anos de 1790.

## **Ricardo: o princípio da escassez**

Retrospectivamente, será fácil zombarmos desses profetas da desgraça. Mas é importante ter consciência de que as transformações económicas e sociais em curso no final do século XVIII e no início do

século XIX eram assaz impressionantes, senão mesmo traumatizantes. Na realidade, a maior parte dos observadores da época – e não apenas Malthus e Young – tinha uma visão um pouco sombria, senão mesmo apocalíptica, da evolução a longo prazo da distribuição da riqueza e da estrutura social. É, nomeadamente, o caso de David Ricardo e de Karl Marx, que são sem dúvida os dois economistas mais influentes do século XIX, e que imaginavam que um pequeno grupo social – os proprietários de terra para Ricardo, os capitalistas industriais para Marx – iria inevitavelmente apropriar-se de uma parte crescente da produção e do rendimento<sup>4</sup>.

Para Ricardo, que publica em 1817 os seus *Princípios de Economia Política e de Tributação*, a preocupação principal diz respeito à evolução do preço da terra e do nível da renda fundiária a longo prazo. À semelhança de Malthus, também ele não dispõe praticamente de qualquer fonte estatística digna desse nome. Mas isso não o impede de ter um conhecimento profundo sobre o capitalismo do seu tempo. Oriundo de uma família de financeiros judeus de origem portuguesa, parece ter menos preconceitos políticos do que Malthus, Young ou Smith. É influenciado pelo modelo de Malthus, mas leva o raciocínio mais longe. Está sobretudo interessado no seguinte paradoxo lógico: desde o momento em que o crescimento da população e da produção se prolonga duradouramente, a terra tende a tornar-se cada vez mais rara em relação aos outros bens. A lei da oferta e da procura deveria conduzir a um aumento contínuo do preço da terra e das rendas devidas aos proprietários fundiários. A prazo, estes últimos receberiam assim uma parte cada vez maior do rendimento nacional, e a restante população uma parte cada vez mais reduzida, o que seria destruidor para o equilíbrio social. Para Ricardo, a única saída lógica e satisfatória de um ponto de vista político é um imposto progressivamente mais pesado sobre as rendas fundiárias.

Veremos que esta previsão pessimista não se verificou: se é certo que a renda fundiária se manteve durante largo tempo em níveis elevados, a verdade é que o valor das terras agrícolas acabaria por entrar

num inexorável declínio relativamente às restantes formas de riqueza, ao mesmo tempo que o peso da agricultura no rendimento nacional diminuía. Escrevendo nos anos de 1810, Ricardo não podia naturalmente antecipar a dimensão do progresso técnico e do crescimento industrial que iria ocorrer no século que então começava. Tal como Malthus e Young, não podia imaginar uma humanidade totalmente liberta dos constrangimentos alimentar e agrícola.

A sua intuição sobre o preço da terra permanece contudo interessante: o «princípio da escassez» sobre o qual sustenta o seu raciocínio pode levar a que certos preços atinjam valores extremos durante longas décadas. O que pode ser mais que suficiente para desestabilizar profundamente várias sociedades. O sistema de preços tem um papel insubstituível na coordenação das ações de milhões de indivíduos – ou até mesmo de milhares de milhões de indivíduos no contexto da nova economia global. O problema é que não conhece nem limites nem moral.

Enganar-nos-íamos redondamente se optássemos por negligenciar a importância deste princípio na análise da distribuição mundial da riqueza no século XXI – em caso de dúvida, basta substituir o preço das terras agrícolas do modelo de Ricardo pelo preço do imobiliário urbano nas grandes capitais, ou então pelo preço do petróleo. Em ambos os casos, se estendermos a tendência observada no decurso dos anos 1970-2010 até aos anos 2010-2050, ou 2010-2100, obtemos desequilíbrios económicos, sociais e políticos de uma amplitude considerável, quer entre países quer em cada país considerado por si, e que não estão assim tão distantes da visão apocalíptica de Ricardo.

Claro que existe, em princípio, um mecanismo económico bastante simples que permite o equilíbrio do processo: o jogo da oferta e da procura. Se um bem está em oferta insuficiente e o seu preço se encontra demasiado elevado, então a procura desse bem deve baixar, o que levará a acalmar o jogo. Por outras palavras, se os preços imobiliários e petrolíferos aumentam, basta ir viver para o campo, ou então andar de bicicleta (ou fazer ambas as coisas). Mas, além de tais decisões poderem

acarretar desagrado e complicações, um tal ajustamento pode levar várias dezenas de anos, ao longo dos quais os proprietários dos imóveis e do petróleo podem chegar a acumular créditos de tal forma importantes relativamente ao resto da população que se verão a si mesmos como possuidores duradouros de tudo o que há para possuir, incluindo o campo e as bicicletas<sup>5</sup>. Mas, e como sempre, o pior nunca está garantido. É demasiado cedo para anunciar ao leitor que deverá passar a pagar a sua renda de casa ao emir do Qatar entre hoje e o ano de 2050: esta questão será analisada a seu tempo, e a resposta que traremos conterà evidentemente graduações, ainda que seja moderadamente tranquilizadora. Mas é importante compreender desde já que o jogo da oferta e da procura não invalida em caso algum uma divergência maior e durável da distribuição da riqueza ligada a movimentos extremos de alguns preços relativos. É a principal mensagem do princípio da raridade inscrito por Ricardo. Nada nem ninguém nos obriga a ir a jogo.

## **Marx: o princípio de acumulação infinita**

Quando Marx publica em 1867 o primeiro tomo de *O Capital*, ou seja, meio século depois da publicação dos *Princípios* de Ricardo, as realidades económicas e sociais haviam evoluído profundamente: já não se trata de saber se a agricultura poderá alimentar uma população crescente, ou se o preço da terra subirá astronomicamente, mas antes de compreender a dinâmica de um capitalismo industrial em pleno desenvolvimento.

O facto mais marcante da época é a miséria do proletariado industrial. Não obstante o crescimento, ou talvez parcialmente devido a ele, e também ao enorme êxodo rural que a progressão da população e da produtividade agrícola começou a provocar, os operários amontoam-se em casebres sem condições mínimas. Os dias de trabalho são longos e remunerados com salários muito baixos. Uma nova miséria urbana desenvolve-se, mais visível, mais chocante e, nalguns aspetos, ainda mais extrema do que a miséria rural do Antigo Regime. *Germinal*, *Oli-*

ver *Twist* ou *Os Miseráveis* não nasceram da imaginação dos escritores, o mesmo acontecendo com as leis que proíbem o trabalho infantil dos menores de 8 anos nas manufaturas – em França em 1841 – ou dos menores de 10 anos nas minas – no Reino Unido em 1842. *Estado Físico e Moral dos Operários*, publicado em França em 1840 pelo doutor Villermé, e que inspirará a tímida legislação de 1841, descreve a mesma realidade sórdida de *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, publicado em 1845 por Engels<sup>6</sup>.

Efetivamente, todos os dados históricos de que dispomos hoje indicam que é necessário esperar pela segunda metade – ou até mesmo pelo último terço – do século XIX para observar um aumento significativo do poder de compra dos salários. Dos anos 1800-1810 aos anos 1850-1860 os salários do operariado estagnam em níveis muito baixos – próximos dos do século XVIII e dos séculos precedentes, senão mesmo inferiores nalguns casos. Esta fase longa de estagnação salarial, observada tanto no Reino Unido como em França, é tanto mais impressionante quanto o crescimento económico acelera durante o período. A proporção do capital – lucros industriais, rendas fundiárias, rendas urbanas – no rendimento nacional – na medida em que pode ser estimado com base nas fontes imperfeitas de que hoje dispomos – progride fortemente nos dois países durante a primeira metade do século XIX<sup>7</sup>. Essa proporção viria a diminuir um pouco nas últimas décadas do século XIX, quando o crescimento dos salários recuperou um pouco do terreno em relação ao crescimento. Os dados que reunimos indicam-nos, no entanto, que nenhuma diminuição estrutural das desigualdades se produzirá antes da Primeira Guerra Mundial. Ao longo dos anos 1870-1914, podemos observar uma estabilização das desigualdades num nível extremamente elevado e, nalguns aspetos, uma espiral de desigualdade sem fim à vista, sobretudo com uma concentração cada vez maior dos patrimónios. É quase impossível afirmar onde teria levado essa trajetória caso não se tivessem verificado os significativos choques económicos e políticos provocados pela deflagração da guerra de 1914-1918, os quais surgem, à luz da análise

histórica, e com a distância de que hoje dispomos, como as únicas forças passíveis de levar à redução das desigualdades desde a revolução industrial.

Seja como for, e por comparação com a estagnação dos rendimentos do trabalho, a prosperidade do capital e dos lucros industriais é uma realidade de tal forma evidente nos anos 1840-1850 que toda a gente está perfeitamente consciente do facto, mesmo se ninguém dispõe nesse momento de estatísticas nacionais representativas. É nesse contexto que se desenvolvem os primeiros movimentos comunistas e socialistas. A interrogação principal é simples: para que serve o desenvolvimento da indústria, para que servem todas aquelas inovações técnicas, todo o trabalho, todos os êxodos, se ao fim de meio século de crescimento industrial a situação das massas se mantém tão miserável quanto anteriormente, e se estamos reduzidos a ser capazes de proibir o trabalho nas fábricas às crianças com menos de 8 anos? A falência do sistema económico e político então em vigor parece evidente. A pergunta seguinte segue o mesmo caminho: que podemos dizer sobre a evolução a longo prazo de um tal sistema?

É dessa tarefa que Marx se ocupa. Em 1848, na véspera da «primavera dos povos», já havia publicado o seu *Manifesto Comunista*, texto curto e eficaz, que começa pelo famoso «Um espectro assombra a Europa: o espectro do comunismo»<sup>8</sup>, e termina com a não menos famosa previsão revolucionária: «O desenvolvimento da grande indústria mina, sob os pés da burguesia, as bases sobre as quais estabeleceu o seu sistema de produção e de apropriação. A burguesia produz, antes de mais, os seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.»

Nas duas décadas seguintes, Marx aplicar-se-á a escrever o volumoso tratado que justificaria tais conclusões e fundaria a análise científica do capitalismo e da sua derrocada. A obra em questão ficará por concluir: o primeiro tomo de *O Capital* é publicado em 1867, mas Marx morre em 1883 sem ter terminado os dois tomos seguintes, que viriam a ser publicados depois da sua morte pelo seu amigo Engels,